

Orçamento favorece Prisco e Jáder

O presidente José Sarney foi especialmente generoso com os ministros da Habitação e do Bem Estar Social, Prisco Viana, e da Previdência e Assistência Social, Jáder Barbalho, na reprogramação do Orçamento da União para 1989. Em relação à proposta orçamentária original, de agosto último, Prisco terá a dotação para as despesas à conta de "recursos do Tesouro" elevada de Cz\$ 5,37 bilhões para Cz\$ 235,25 bilhões, em valores de junho, com aumento real de 4.276%. A dotação de Barbalho sobe de Cz\$ 23,84 bilhões para Cz\$ 515,1 bilhões, com elevação real de 2.060%.

Sarney cortou da reforma agrária os Cz\$ 63 bilhões que seriam obtidos com a aplicação de 0,1% da arrecadação do Fundo de Investimento Social. Mas, para compensar, o presidente aumentou de Cz\$ 50,2 bilhões para Cz\$ 97,69 bilhões

os recursos que o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário terá para as suas despesas orçamentárias do próximo ano. Sarney determinou que novos Cz\$ 50 bilhões sejam destinados a intensificar na área de reforma agrária e pediu autorização ao Congresso Nacional para emitir Cz\$ 21,5 bilhões de Títulos da Dívida Agrária para novas desapropriações.

O Ministério do Trabalho, ainda sob a interinidade do ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, recebeu o reforço das verbas para as despesas do próximo ano (de Cz\$ 36,07 bilhões subiu para Cz\$ 95 bilhões). Mas o trabalhador ativo perdeu o Pis/Pasep como seu patrimônio e toda a arrecadação do fundo em 1989 será tomado pela União. A Secretaria da Receita Federal informou que o Pis/Pasep não tem onde aplicar o dinhei-

ro, por força dos dispositivos constitucionais, para benefício direto do trabalhador ativo e entra na vala comum do orçamento sem fundo da União.

A União espera arrecadar, no próximo ano, Cz\$ 360 bilhões, em valores de junho último, com o Pis/Pasep. Do total, Cz\$ 156 bilhões ainda beneficiarão os trabalhadores ativos com renda mensal inferior a dois salários mínimos, através do abono de um salário-mínimo. Outros Cz\$ 60 milhões sustentarão o seguro-desemprego, enquanto o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aplicará os restantes Cz\$ 144 bilhões "em programas de desenvolvimento econômico" não especificados.

Além dos trabalhadores, também perdeu recursos, na reprogramação orçamentária, o Ministério das Minas e Energia.